

MÁRCIA TEREZA TUDE FERRAZ

O IMPACTO DO PLANO COLLOR I NO  
DESEMPENHO DO COMÉRCIO  
VAREJISTA DE ELETRODOMÉSTICOS,  
ELETROELETRÔNICOS E MÓVEIS NA  
RMS.

SALVADOR-BA  
1993

MÁRCIA TEREZA TUDE FERRAZ

O IMPACTO DO PLANO COLLOR I NO  
DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA  
DE ELETRODOMÉSTICO, ELETROELETRÔNICOS E  
MÓVEIS NA RMS.

Monografia apresentada como  
exigência para obtenção da  
graduação em Ciências  
Econômicas pela Universidade  
Federal da Bahia.

Orientador : Prof.  
Fernando Cardoso Pedrão

Salvador-Ba  
1993

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	05
2	A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO VAREJISTA NA ECONOMIA BAIANA .....	07
3	O PLANO COLLOR I E SUAS REPERCUSSÕES NO COMÉRCIO VAREJISTA .....	09
3.1	O Plano collor I .....	09
3.2	O impacto do Plano Collor I no Setor comercial .....	10
4	OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A NÃO REPOSIÇÃO DE ESTOQUES .....	13
4.1	Preliminares.....	13
4.2	Redução da Liquidez .....	13
4.3	Grau de confiança .....	14
4.4	Taxa de juros .....	15
5	IMPACTO DO PLANO COLLOR I NO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR COMÉRCIO .....	21
5.1	O desempenho do mercado de trabalho em 1990 .....	22
5.1.1	Primeiro Semestre .....	22
5.1.1.1	Segundo Semestre .....	23

6	CONCLUSÕES .....	26
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28



## **1 INTRODUÇÃO**

A sociedade brasileira vem ao longo de sua história atravessando transformações nos setores produtivos da economia, mais especificamente no comércio.

A velocidade com que vêm ocorrendo as mudanças exige maior dinamismo e agilização de qualquer atividade humana, seja econômica, social e política; gerando, por outro lado, elevado grau de incerteza.

A incerteza pode ser considerada uma característica proeminente da época, que dificulta o planejamento, coordenação, controle e tomada de decisões em toda atividade humana; fato capaz de ocasionar um custo financeiro e social muito elevado.

Em 90, a economia brasileira passou por um processo de intenso ajustamento, sob o efeito de fatores externos e internos que resultaram em profundas mudanças na política sócio-econômica.

Este trabalho tenta mostrar ao governo o reflexo desses fatores, de forma a permitir adequação da sua política econômica aos objetivos desejados. Como também aos empresários lojistas a tomarem decisões quanto a viabilidade de maximização dos seus recursos.

Como o comércio é um dos indicadores do nível de oferta e demanda de bens e serviços da economia, este estudo visa acompanhar o desempenho do comércio varejista de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis, em 1990, quando foi implantado o governo Collor, destacando as oscilações nas vendas e no mercado de trabalho do setor comercial.

No segundo capítulo, demonstramos a importância da atividade comercial na economia baiana, destacando o seu grau de participação antes e depois do Plano.

Na terceira parte é feita uma abordagem do que foi o Plano Collor, destacando seus principais fatores e como esses repercutiram no setor varejista de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis, no período.

No capítulo 4, são enfatizados os principais fatores do Plano que intimidaram a reposição de estoques e também mostra-se qual foi a opção que os empresários lojistas fizeram para enfrentar a crise, causada principalmente pela falta de confiança na estabilidade da economia.

O capítulo 5, relata as variações no nível de emprego no setor estudado, destacando o que ocorreu no primeiro e segundo semestre<sup>s</sup>, já que o governo ao longo do ano de 1990 fez algumas alterações no Plano à medida em que foram aparecendo os primeiros resultados. //

## 2 A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO VAREJISTA NA ECONOMIA BAIANA

O comércio varejista é um segmento muito importante na economia baiana, tanto no que tange ao processo de circulação, como na capacidade de absorver mão-de-obra.

Tomando como base a geração de emprego e a arrecadação de impostos, é possível concluir que a atividade comercial ocupa o terceiro posto na hierarquia econômica da Bahia, <sup>11</sup> após a atividade prestação de serviços e administração pública (ver tabelas 1 e 2).

Desse modo, o processo de circulação de mercadorias e a geração de emprego no setor comercial proporcionam o aumento da massa salarial, que por sua vez resultará no aumento da demanda agregada; constituindo-se, portanto, em estímulo para o aumento da produção agrícola e industrial; ou seja, um aumento na demanda global, resultará num aumento do processo produtivo.

A atividade comercial, em 1989, ocupou o terceiro lugar na geração de empregos, responsável por cerca de 14,3% da população ocupada, logo abaixo da administração pública, 27,5%, e da atividade de prestação de serviços que participou com 31,3%, pois o processo de crescimento da base produtiva estadual está fortemente concentrado nos ramos industriais intensivos em capital, incapazes de absorver a crescente oferta de mão-de-obra (ver tabela 1).

O comércio <sup>11</sup> é um dos setores responsáveis pelo maior número de postos de trabalho. Entretanto a remuneração média do setor costuma ~~A~~ ser muito baixa. Isto está ligado ao fato do setor <sup>11</sup> empregar mão-de-obra pouco qualificada.

É importante ressaltar, também, que em Salvador está concentrada a maior arrecadação de impostos do setor no qual se verifica um total de 60% da tributação do Estado. Isso propiciou que Salvador se tornasse num grande centro comercial do Estado o que permitiu um acelerado processo de modernização na atividade comercial.

O declínio do comércio tradicional deu-se com a introdução de novas técnicas de comercialização com o aparecimento dos



grandes *shoppings* e com a expansão das grandes cadeias de lojas e supermercados. Isso permitiu uma profunda reestruturação no comércio da cidade. O varejo, caracterizado pelo atendimento no balcão, cedeu lugar a um sistema moderno, onde a auto-seleção se tornou uma forma de venda. Lembrando, também, que algumas lojas utilizaram modernas técnicas de *marketing* e *merchandising* para atrair consumidores.

Essa nova estrutura de comercialização em massa, sem atendimento personalizado ao cliente, possibilitou aos comerciantes e empresários operarem com margens de lucros menores por unidade, aumentando o ganho de escala pelo volume de operações e reduzindo os custos com pessoal e os investimentos em estoque. Esta modificação alterou a relação entre capital imobilizado e não-imobilizado, permitindo aos comerciantes maior flexibilidade em relação com as variações com a inflação.

O ano de 1990 foi um período de grande recessão no Brasil. Marcado pela implantação de algumas medidas do Plano Collor, como: aumento das taxas de juros, inviabilização do sistema de crédito, [excesso e] má distribuição da carga tributária, a burocratização do sistema tributário e, principalmente, a diminuição de liquidez na economia. Esses foram alguns fatores que contribuíram para deprimir, ainda mais, o nível da atividade comercial. ||

Assim, o setor nesse período, na Bahia, passou a ser responsável por 17% do PIB, por 10% do total de mão-de-obra e por 37,30% da arrecadação de ICM. Vale lembrar que a arrecadação de ICM foi a menor nos últimos cinco anos (ver tabela 2).

Sendo o comércio um dos setores de maior geração de produto e emprego e de arrecadação de impostos, faz-se necessário que [as <sup>se</sup> autoridades] elaborem uma política que conduza aumentos de produtividade juntamente com a elevação do padrão salarial dos trabalhadores do setor, já que a atividade comercial é de extrema importância para o desenvolvimento econômico. ||

### **3 O PLANO COLLOR I E SUAS REPERCUSSÕES NO COMÉRCIO VAREJISTA**

#### **3.1 O PLANO COLLOR I**

Em 15 de março de 1990, foi instituído o Plano Collor I, que compreendeu um conjunto de medidas, tendo como eixo a implementação de uma reforma monetária que provocou um confisco violento dos ativos financeiros - um enxugamento da liquidez da economia em proporções inéditas, que reduziu o total dos meios de pagamento do país de 17% do PIB a 5,6% em 19 de março - e criou uma nova moeda ( o cruzeiro substituiu o cruzado ).

Com relação à política fiscal, esta se referia à elevação das receitas governamentais e corte nos gastos públicos, de maneira a reverter a existência de um déficit público crescente e elevado, para um superávit das contas governamentais da ordem de 10% do PIB, obtido a partir do aumento das receitas tributárias ( 4% ) e do programa de privatização e corte de gastos ( 6% ).

A reforma administrativa, um programa de privatização do setor público, a liberação do comércio externo, e a adoção de uma nova política cambial eram outros fatores do Plano.

Paralelamente a isso, previa-se uma etapa de congelamento de preços e a prefixação de salários.

Dessa maneira, o ano de 1990 apresentou um dos mais graves retrocessos nos níveis de produção e de emprego na história do país.

Os impactos do Plano Collor sobre a economia, no primeiro momento, foram muito amplos, pois, através do enxugamento da liquidez, paralisaram quase todos os setores produtivos, provocando conseqüentemente, grandes perdas no mercado de trabalho.

Após quatro meses da edição do Plano de estabilização, o

governo tentou controlar a inflação, adotando uma política monetarista e abandonando a política de prefixação de preços e salários.

Propondo a livre negociação sem uma política de rendas, o governo aprofundou a recessão através da elevação das taxas de juros, das restrições ao crédito e ao consumo e do arrocho salarial. Essa estratégia provocou uma brutal queda na produção e no nível de emprego.

### **3.2 O IMPACTO DO PLANO COLLOR I NO SETOR COMERCIAL**

Nos primeiros meses, após a implementação do plano, as lojas de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis foram "sobrevivendo" à custa de promoções e acordos com as indústrias para desovar os estoques. Os fabricantes de móveis, especialmente os que operam na faixa das classes mais altas, lançaram mão das férias coletivas e licença remunerada, redução da jornada de trabalho e até corte de pessoal. Algumas linhas de móveis tiveram uma redução de preços para o comércio de 50% após 15 de março. Mesmo assim, as linhas de produtos mais caros tiveram que mudar, para trabalhar com grupos sociais de menor poder aquisitivo para poder vender seus produtos.

Os assalariados de menor poder aquisitivo, que nas pesquisas aparecem como integrantes das classes C e D, com renda de até seis salários mínimos, foram os que mais compraram. Pois esses consumidores, relativamente, "ganharam" com os congelamentos e tiveram um comportamento mais imediatista, decidindo gastar antes que perder a oportunidade. É também um consumidor que compra produtos mais baratos com cheques pré-datados, cartões de créditos e escolhem um plano de pagamento sem entrada e sem juros.

Essa situação de aumento de consumo dos assalariados, ocorreu devido à primeira fase de injeção de cruzeiros no mercado ( 30 de março, data de pagamento de salários ). Nas casas de móveis e eletrodomésticos foi verificado um aquecimento nas vendas, onde se aceitavam todos os cartões de crédito, financiamento em parcelas, mesmo sem entrada, e cheques pré-datados. Mesmo assim, alguns economistas não viram com bons olhos a retomada do consumo, pois as lojas



tiveram que baixar seus preços de modo a atrair o consumidor, dificultando sua relação comercial com as indústrias.

Em maio, as vendas a prazo foram praticamente suspensas até o fim do mês, pois as financeiras já haviam emprestado mais nos primeiros 15 dias do mês de maio do que o governo iria aceitar de volume de crédito em todo mês, devido às restrições ao crédito impostas pelo Banco Central. O governo determinou que as vendas a prazo em 31 de maio não poderiam ser superiores às feitas em 31 de março, quando as pessoas não compravam a prazo, porque as taxas de juros estavam num patamar muito elevado, devido a inflação.

Uma consequência inédita do anúncio das novas medidas foi a elevação das taxas de juros para as vendas a prazo, chegando até 30% ao mês.

A questão é que, em 31 de março, o comércio estava praticamente paralisado por conta do anúncio do Plano Collor e o nível de vendas a prazo, ainda era incipiente. Somente no início de abril é que muitas lojas, para atrair consumidores, relançaram o crediário ou prestações fixas em cruzeiros e taxas de juros nominais mais baixas. Além disso, por conta do dia das mães as vendas nas duas primeiras semanas de maio - principalmente nas lojas de eletrodomésticos - cresceram bastante. Por isso, as lojas que ultrapassaram o limite determinado pelo governo tiveram que passar a vender somente à vista até o final do mês.

Dessa forma, em cadência com as atividades produtivas, foi-se observando uma desaceleração do setor comercial, no curso do ano de 1990, quando se tornaram cada vez mais restritas as possibilidades de expansão do volume de vendas em circuito nacional e em Salvador.

Com o encerramento das vendas a prazo e a liberação gradual dos preços de alguns produtos, a principal dificuldade enfrentada pelos lojistas foi a queda nas vendas, redução da margem de lucro e a escassez de capital de giro. Desse modo observou-se que os ganhos de eficiência comercial antes indicados foram compensados e superados pela queda do poder aquisitivo dos consumidores. Mais ainda verificou-se que o comércio se tornou o ponto mais visível no movimento de contração instalado na indústria, tal com se vê, o comportamento desses dois setores na tabela 3. Paralelamente, a perda de poder aquisitivo do setor público reduziu a demanda urbana em Salvador, tal como se observa os dados do PIB publicados pelo CEI (tabela 3).

O desemprego gerado pela redução das compras do consumidor, do comércio e da indústria, juntamente com a perda da renda, reproduziu o movimento recessivo. As vendas do comércio, já abaladas pelo contingenciamento de crédito determinado em maio, após cinco meses, continuaram a cair ( ver tabela 4), pois, na perspectiva de ajuste, as empresas reduziram os custos, com sacrifícios do emprego, e um grande arrocho sobre os salários.

A partir do segundo semestre, a recessão deixou de ser ameaça, para transformar-se em dura realidade. A indústria reduziu ao mínimo a sua produção e demitiu um número cada vez maior de funcionários. Os consumidores limitaram suas compras, até porque os preços não caíram, pois os lojistas quiseram manter a sua margem de lucro, apostando na recuperação das vendas que antecederam o Natal.

A criatividade dos empresários do setor, seja na decoração das lojas, seja na institucionalização do cheque pré-datado como moeda corrente, possibilitou que o mês de dezembro não fosse tão negro quanto indicavam as previsões. Mesmo assim, as vendas de dezembro foram, em termos reais, inferiores as do mesmo mês em 1989 - 70,30% em 89 comparado com 44,10% em 90<sup>1</sup> - portanto mostrando que, desde o início do governo Collor, o comércio vem atravessando uma das piores crises da sua história.

Desse modo, observa-se que o comércio trabalha com elevada rotatividade de pessoal que resulta numa média aproximada de mil demissões por mês<sup>2</sup>.

---

1 - Dados do IMIC

2 - Sindicato dos Comerciantes de Salvador.



## **4 OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A NÃO REPOSIÇÃO DE ESTOQUES**

### **4.1 PRELIMINARES**

Pelo que se pôde observar a reposição de estoques é um aspecto fundamental do comércio. A análise econômica do comércio, deve, por isso, examinar os aspectos de custos reais da reposição, substituição dos produtos constitutivos de estoque e o peso da imobilização de capital no conjunto do capital ativo e do patrimônio de cada empresa. Observa-se também, que o comércio de produtos duráveis enfrenta um complexo de problema qualitativo na reposição de estoques, já que deve substituir produtos que se tornam obsoletos ao tempo em que mantêm o valor médio de estoques que lhe permite sustentar sua rentabilidade. Diante do observado destacam-se como os principais fatores que influenciaram a não reposição de estoques: a redução da liquidez, o grau de confiança e taxa de juros.

### **4.2 REDUÇÃO DA LIQUIDEZ**

O programa do novo governo fez uma avaliação de que havia excesso de liquidez na economia e formulou uma política que pôs a moeda em poder do público e os demais ativos todos num mesmo cesto, reduzindo a liquidez.

" O aperto vigoroso na liquidez produz imediatamente um efeito inevitável: ou caem os preços proporcionalmente à escassez da moeda ou o Produto Interno Bruto (PIB) " (RESENDE, p.3).

Com isso, foi observado no primeiro momento uma bolha de demanda, inflada pelo consumo de produtos alimentares e especialmente pelos bens de consumo duráveis, sendo este, o resultado dado pelo aumento dos salários e à moeda que foi

liberada para pagamento das folhas das empresa.

Como havia <sup>m</sup>grandes estoques, do comércio varejista, a brutal liquidez empurrou os lojistas a desovarem os estoques, derrubando os preços, para atender à necessidade de obter a nova moeda (cruzeiros). ||

No entanto, os preços reais obtidos nessas vendas foram insuficientes para compensar os novos preços de compra, determinados pelos aumentos de custos de produção na indústria. Esse desajuste no segundo momento bloqueou as possibilidades do comércio para manter seus níveis de estoque. ||

Considerando as altas taxas de juros, os comerciantes preferiram aplicar seu capital no mercado financeiro a repor seus estoques.

#### **4.3 GRAU DE CONFIANÇA**

O aumento da incerteza, a elevada taxa de juros, a falta de confiança na estabilidade da economia levaram o comércio a dirigir sua liquidez à especulação financeira em vez de repor seus estoques. Significa que o comércio teria que operar com menores estoques.

Assim, o ciclo todo se contraiu; o varejo reduziu pedidos à indústria; esta comprou menos dos fornecedores de matérias-primas, e assim chegou ao produtor de máquinas, equipamentos e ferramentas. Se, de um lado, os setores que fizeram cruzeiros preferiram aplicar esse dinheiro em ativos especulativos, de outro, o conjunto da economia não quis mais capital de giro, porque não houve aumento de produção a financiar. E os bancos, que captam dinheiro de quem tem demais para outros que estão deficitários, ficaram praticamente sem exercer essa função de intermediação; pois os investidores ficaram no curto prazo, enquanto as mesas de crédito dos bancos estavam restringindo ao máximo a liberação de empréstimos.

O governo abriu linhas de crédito especiais para a construção civil, bens de capital, automobilístico,

transportes e agricultura, mas as grandes empresas não tiveram acesso a esse crédito. Essas foram obrigadas a correr atrás de empréstimos a juros de mercado, que estavam por volta de 30% a 40% ao mês.

Portanto, a sociedade e os agentes econômicos não sentiram confiança para aplicar e tomar dinheiro emprestado por mais de 30 dias. A preferência foi pelos ativos de liquidez rápida, de curto prazo, onde se abriga o dinheiro quando o governo intervém em <sup>aplicações</sup> ~~mercaderias~~ de risco, para derrubar cotações. Isto se observa na tabela de Evolução Mensal das Taxas de Juros, mostrando que o *overnight* apresentou a maior taxa durante o ano de 1990 (ver tabela 5). 1)

Desse modo, a economia brasileira, especialmente o setor financeiro, foi bem menor que antes do Plano Collor, por apresentar um corte de 80% da liquidez existente.

O impacto imediato do Plano Collor no mercado financeiro foi uma perda patrimonial de 74% para os aplicadores, enquanto os recursos gerados diariamente sofreram uma retração de 89,2%. A maior perda nos estoques foi sentida na caderneta de poupança - US\$ 36 bilhões, antes do choque, contra US\$ 4,5 bilhões, depois. Foi a alternativa de aplicação que sofreu o maior volume de saques sem posterior reaplicação. Somente 20% a 25% dos cruzeiros sacados foram reaplicados. A maior perda em estoques (58%) foi registrada nos certificados de Depósitos Bancários (CDB's). A retração do giro diário (quantas vezes o título troca de mãos), nos diversos segmentos do mercado, foi maior.

Por causa da incerteza da economia brasileira, o dinheiro que entrava nas lojas ficava quase que confiscado e aplicado nas mais diversas possibilidades de investimento financeiro, ou no consumo.

#### 4.4 TAXA DE JUROS

Como já se disse, nesse período, as aplicações de curto prazo tornaram-se mais importante no caso do comércio, especialmente o *overnight*.



As vendas do comércio que foram realizadas, em cerca de 70%, por cartões de crédito e pelos preços promocionais foram investidos no over.

O comportamento do varejo foi extremamente defensivo. Uma loja de eletrodoméstico de Salvador, por exemplo, repõe sempre um pouco menos daquilo que vendia, ou seja, para uma venda de uma dúzia de liquidificadores, o departamento de compras dessa empresa só comprava 11 unidades para repor estoques.

Comparando os três ativos financeiros: caderneta de poupança, overnight e certificado de depósito bancário (CDB), foi observado que em cada mês, durante todo o ano de janeiro a fevereiro de 1990, o overnight ofereceu taxas maiores; em março, as taxas maiores ficaram por conta da caderneta de poupança e em abril por conta do CDB pré-fixado; de maio a dezembro, o overnight foi o ativo financeiro, entre os três de maior liquidez, que ofereceu taxas de juros maiores, estimulando mais ainda os empresários a investirem nesse ativo financeiro (tabela 5).

Estabelecendo a comparação entre o volume de vendas registrado em cada mês do ano de 1990 com a taxa de juros do maior rendimento do mês, verifica-se que há relação inversa de uma maneira geral, pois de janeiro a março as taxas de juros foram relativamente altas, enquanto as vendas apresentaram um resultado negativo. De abril a dezembro, quando as taxas de juros mostravam um aumento crescente, os índices de vendas dos três segmentos tornaram-se positivos, com exceção de junho (quando foi registrado a maior queda de vendas do ano - 35,8%) e outubro.

GRÁFICO 1



A verificação negativa que ocorreu no comércio de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis no mês de junho, quando houve a maior queda nas vendas, foi devido ao encerramento de vendas a crédito e pela liberação gradual dos preços, ocorridos em maio, de alguns produtos, principalmente da linha de eletroeletrônicos e móveis. Não se tornando pior, porque os preços de alguns eletrodomésticos estavam rigorosamente tabelados.

Já no mês de outubro, as vendas se tornaram bastante negativas, devido ao índice de salário mínimo real ter sido o menor desde a sua criação, em 1940.

O gráfico abaixo mostra a variação do salário mínimo de maio a outubro de 1990.

GRÁFICO 2



Logo, até o primeiro semestre do ano de 90, a taxa de juros foi o fator que mais influenciou a não reposição de estoques nos setores de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis. Essa causa, juntamente com a falta de confiança na estabilidade da economia, indicam que, quando as taxas de juros estavam mais elevadas, os setores estavam aplicando no mercado financeiro, resultando numa baixa reposição de estoques. Lembrando que, em todo o período do Plano Collor, as taxas de juros (overnight) estavam bastante atrativas para o investidor.

É importante ressaltar que a recuperação nas vendas dos três setores não significou um aumento substancial e nem reposição de estoques ao nível anterior, porque o comércio foi praticando promoções diversas para o consumidor, o que comprometeu seu relacionamento comercial com a indústria; pois, os custos da indústria foram fortemente elevados pelos seguintes fatores: pagamento da folha de salários com reajuste de março, aumentos da energia elétrica e do óleo combustível com 32,1%<sup>a</sup>. Esses custos comprimiram a margem de lucro dos industriais, que não tiveram como repassá-los para os preços.

Lembrando que as variações no comércio varejista estão atreladas ao comportamento dos preços e dos salários na economia; ainda que, para alguns ramos, influenciem diretamente fatores de sazonalidade, como é o caso dos eletrodomésticos.

Com a falta de confiança na estabilidade econômica e as altas taxas de juros influenciando a decisão de investir do empresário, as lojas encomendavam o mínimo possível das indústrias fornecedoras, e estas diminuía o seu ritmo de produção, até que chegasse ao produtor das máquinas e equipamentos. Sendo que o natural seria que o dinheiro fosse sendo irrigado por toda a economia até que atingisse o setor de bens de capital.

No segundo semestre, quando a recessão se instalou, tivemos a redução das vendas, provocada pelo desempenho que, por sua vez, provocou a queda dos salários reais. O governo colocou linhas de crédito, mas o grau de confiança não dirigiu o dinheiro para a produção, e sim para o mercado financeiro; lembrando que a taxa de juros se manteve alta em dezembro e os lojistas tentaram segurar os salários dos empregados<sup>a</sup> que ficaram com cheques pré-datados, causadores do aumento nas vendas, provocando uma baixa reposição de estoques. ||

Como as vendas não se reaqueceram, aplicou-se dinheiro no mercado financeiro, alimentando a recessão.



## **5 IMPACTO DO PLANO COLLOR I NO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR COMÉRCIO.**

O ano de 1990 apresentou um dos maiores retrocesso nos níveis de produção e de emprego na história do país.

O novo governo trouxe uma política econômica de corte neoliberal, onde a proposta central acerca dos salários era estabelecido pela livre negociação entre patrões e empregados. No entanto, a política adotada nos primeiros meses do governo, estabelecendo um mecanismo de reajuste salarial com base numa prefixação mensal de um índice de acordo com a inflação prevista, estava fundamentada, de novo, nos velhos argumentos que defendiam a utilização de uma política de contenção de salários como um instrumento de combate à inflação.

É importante lembrar que esta política de reajuste estava ligada à previsão de inflação zero. No único mês em que ela vigorou - abril/90 -, foi definido reajuste zero, enquanto se verificava uma alta de preço de 22,29%, conforme o ICV-DIESSE. Já no mês seguinte, dada a não realização da meta de inflação zero, o governo revogou a política de prefixação mensal.

A literatura econômica ensina que os países capitalistas desenham ao longo do tempo um ciclo de produção que passa por quatro fases: auge, recessão, depressão e recuperação. Este é o desenho traçado pela teoria, o que não significa que todas as economias percorrem o mesmo caminho. É certo que numa recessão pode sentir-se a fase depressiva e, depois dela, a reanimação econômica.

Com o advento do Plano Collor, a literatura econômica terá de ser acrescida, para poder explicar a recessão produzida em laboratórios e a interrupção simultânea das duas forças que comandam a economia: a oferta e a procura de produtos. //

O resultado previsível é a depressão. Sendo assim, o nível de emprego é o principal termômetro para se medir o estado da economia.

Assim, desde o anúncio do Plano Collor, o emprego vem mostrando uma brutal recessão. De início, os empresários se

sentiram acuados pelas ameaças policialescas contidas no pacote. Tinham medo de represálias, caso colocassem os seus empregados na "rua". Havia também um obstáculo que consistia em que demitir custava caro, quase o equivalente a quatro salários, lembrando que as empresa estavam sem caixa, ou seja, sem liquidez necessária para cobrir tal prejuízo.

O outro impacto que os lojistas receberam do Plano foi quando o aperto da liquidez e as altas taxas de juros provocaram um alto número de falências e concordatas, desarticulando vários segmentos do sistema produtivo, gerando, pois, mais desemprego.

A movimentação entre admissão e desligamentos no setor comercial da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador, durante o período janeiro/dezembro de 1990, apontou que o comércio apresentou no âmbito estadual um declínio e um resultado positivo, ainda que reduzida na RMS -225- (ver tabela 6).

## **5.1 O DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO EM 1990**

### **5.1.1 PRIMEIRO SEMESTRE**

Os efeitos de estabilização da economia, adotado pelo governo Collor, foram imediatos sobre o mercado de trabalho, refletindo na queda dos níveis de produção, consumo e emprego.

Este período foi marcado pela redução de liquidez na economia, obrigando os lojistas a fazerem diversas promoções com o objetivo de conseguir cruzeiros, para saldar seus compromissos com fornecedores e empregados.

Com a falta de confiança na estabilidade da economia, os empresários lojistas preferiam aplicar os cruzeiros conseguidos nos ativos financeiros de curto prazo; sendo que as altas taxas de juros do mercado permitiram o aumento desses investimentos.

Vale lembrar que, em uma economia de pleno emprego, a teoria Keynesiana aborda que um aumento de investimento viabiliza um aumento no nível de emprego.

Mas, em se tratando da economia brasileira, o que ocorreu na época foi que, apesar do aumento de investimento por partes dos lojistas no mercado financeiro, não houve o irrigamento desde investimento para proporcionar o aumento do nível de emprego. Pelo contrário, houve uma pequena retração na taxa de emprego na Região Metropolitana de Salvador (ver tabela 7).

O comércio que já vinha, desde o início do ano, enfrentando dificuldades para manter seu nível de emprego teve seu quadro agravado em maio e junho, quando houve queda de vendas dos três setores. Esta queda nas vendas foi devido ao corte de vendas a crédito e pela liberação gradual dos preços.

Em junho, quando foi registrada a maior queda de vendas no ano, houve também uma queda na taxa de rotatividade de emprego na Região Metropolitana de Salvador (ver tabela 8).

A redução da taxa de rotatividade implica que o comércio apenas dispensou seus empregados não havendo nova contratação no setor.

Assim, pode-se dizer que o primeiro semestre de 1990 foi caracterizado pela definição de um processo recessivo, com reflexos imediatos e profundos sobre o mercado de trabalho no setor comercial.

#### **5.1.1.1 SEGUNDO SEMESTRE**

Nesse período, quando foi instalado mais profundamente a recessão, os empresários intensificaram seus investimentos no mercado financeiro, atraídos também pelo progressivo aumento da taxa de overnight (ver tabela 5).



Os empresários lojistas concordaram com a fase de que o desaquecimento brando da atividade econômica é terapêutico, adequado e desejável para o controle da inflação. Mas não se mostraram dispostos a enfrentar um novo período de queda nas vendas e produção, como de 1981 a 1983, quando a economia brasileira enfrentou sua primeira crise.

O desaquecimento excessivo e deliberado da economia como fórmula de controle da inflação é considerado ineficaz tanto por empresários quanto por economistas.

"Recessão não é instrumento de política econômica, mas efeito de providências monetaristas com a alta das taxas de juros e corte dos gastos públicos. Sem produção em volume suficiente para diluir os custos de produção e com as taxas de juros em alta, a tendência das empresas será elevar seus preços e frustrar a política recessiva para o controle da inflação" (MACEDO, p.7).

Só que manter os preços em alta, quando o consumo está em baixa, não é uma boa política de vendas. Dessa maneira, o comércio continuou suas promoções com o objetivo de segurar suas vendas e conseguir cruzeiros para liquidar suas dívidas.

Assim, no compasso de espera por medidas que irriguem a economia e que possam iniciar a retomada da produção, alguns lojistas lançaram mão de uma variada lista de paliativos que incluíam:

- . Férias coletivas, dadas por empresas que dispõem de recursos para pagar um terço dos salários e, em alguns casos, antecipação do 13º salário, como determina a legislação trabalhista;

- . Licença remunerada, como opção à primeira alternativa;

- . Redução de salários e de jornada de trabalho, saídas utilizadas pela maioria das lojas como forma de evitar dispensa de pessoal.

Essas alternativas, juntamente com a capacidade que o comércio tem em adotar empregados relativamente desqualificados com menor custo, possibilitou a estabilização da taxa de emprego no setor, o que determinou uma variação positiva até setembro. No entanto, a variação acumulada no ano foi quase nula no âmbito estadual (0,77%) e

negativa na RMS (-0,84%)<sup>4</sup>, evidenciando as dificuldades do setor em manter e em ampliar o nível de emprego num quadro adverso em que a redução do poder de compra dos salários e a elevação de desemprego provocaram um declínio do consumo em quase todos os setores.

A partir de outubro, as perdas reais do poder de compra dos salários, a elevação do desemprego, a redução do consumo e o altíssimo patamar das taxas de juros, desestimularam os investimentos na reposição de estoques e, direcionando mais uma vez os esforços produtivos para o mercado financeiro, foram os fatores que caracterizaram a evolução da economia brasileira nos últimos meses, ao lado do gradativo retorno das taxas de inflação crescente.

Assim, a mão-de-obra temporária e tradicional, utilizada pelos comerciantes para atender à forte demanda do Natal, foi sacrificada o que fez reduzir bruscamente a taxa de rotatividade do setor no mês de dezembro (ver tabela 8).

---

4 - Jornal A Tarde, dezembro de 1990.

## 6 CONCLUSÕES

Observou-se que no primeiro semestre de 1990 houve uma forte redução da liquidez na economia, dado que o Governo confiscou as reservas de particulares e de empresas na poupança. Assim diminuiu a quantidade de dinheiro disponível para operações de curto prazo, desaquecendo o consumo. ))

Isso alterou o perfil estacional da demanda de bens de consumo duráveis e modificou as previsões de reposição de estoques dos comerciantes. Como estratégia de curto prazo, os varejistas tentaram acelerar a demanda utilizando promoções.

Em consequência disso houve uma elevação temporária da demanda. Com os salários dos trabalhadores pagos em 30 de março e promoções, supracitadas houve um aquecimento nas vendas do comércio verificado em todo o mês de abril. Mesmo assim, os lojistas não conseguiram repor seus estoques no nível anterior ao plano, por realizar vendas a preços baixos o que dificultou sua relação comercial com a indústria. Sendo assim, esse aumento não foi visto como substancial para alguns economistas.

Em maio, com a chegada do dia das mães, as lojas, principalmente as de eletrodomésticos, venderam bastante. Por isso, o governo determinou que as vendas a prazo fossem praticamente suspensas. Conjuntamente com o corte de vendas a crédito, houve também a liberação gradual dos preços, no mês de maio.

As limitações desse movimento tornaram-se evidentes em junho. Houve então uma queda nas vendas, revelando a diminuição da liquidez geral no mercado urbano.

No segundo semestre, foi instalada a recessão. A falta de confiança no governo e a incerteza na estabilidade da economia, fez com que os empresários, com sua liquidez recuperada através das promoções, investissem não em estoques de mercadorias, mas no mercado financeiro, principalmente no ativo de curto prazo: o overnight.

Há portanto, indicações de que os efeitos conjunturais do Plano Collor coincidiram com a tendência regressiva geral do mercado, condicionado pela alta taxa de juros. ))



De fato, a taxa de juros influenciou o mercado de dois lados:

Negativo: com a alta das taxas de juros, o consumidor foi afastado do comércio o que provocou uma queda relativa nas vendas; relativamente positivo: atraiu os empresários (lojistas) a aplicarem no mercado financeiro, mais precisamente no overnight, por apresentar maiores taxas de juros e por ser um ativo de curto prazo. ))

Torna-se portanto evidente a necessidade de uma análise estrutural dos efeitos das variações da taxa de juros no desempenho do comércio. Se por um lado a taxa de juros minora o prejuízo dos empresários em não investir o seu capital de giro em mercadorias (devido as incertezas quanto ao futuro), por outro lado a falta de demanda para essas mercadorias levam ao desemprego que, por sua vez, leva à queda do salário real em outubro, o que contribuiu para agravar mais o quadro das vendas. Sendo que as vendas dos três setores foram recuperadas nos dois últimos meses do ano (novembro/dezembro) por causa do Natal, mesmo assim, as vendas do Natal de 90 ficaram muito aquém do de 89. Apresentando nesse período uma queda substancial na taxa de rotatividade de emprego do setor, em função da falta de credibilidade na política do Governo da época, e da crise que se instalou no País, aumentando a incerteza de mercado dos setores produtivos.

Através dessa pesquisa, foi observado também que o comércio varejista é um segmento de extrema importância para a economia baiana; pois, a atividade comercial reflete a excessiva concentração econômica dos setores produtivos na Região Metropolitana do Salvador. Tomando a arrecadação de impostos como sinalizador~~ra~~, verifica-se que na RMS está concentrado quase 60% da tributação do setor, vindo a seguir: Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Sendo assim, Salvador é o grande centro comercial do Estado, daí a constatação do acelerado processo de modernização da atividade comercial, verificado nos últimos 10 anos. ))

Conclui-se portanto que apesar dessa combinação de elementos, estruturais e conjunturais, não há estudos adequados disponíveis que revelem as condições operacionais e de lucratividade no comércio. Entende-se que seriam necessários trabalhos empíricos com maior base de informações e um período mais longo para chegar a respostas adequadas sobre as condições operacionais e a lucratividade no comércio.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Jornais: faltando o dia.*

- APERTEM os cintos, o consumo caiu. Exame, dez. 1990., p. 38
- ATRAÇÕES do mercado mudam. Estado de São Paulo, São Paulo abr. 1990, p. 10
- BAHIA. STRABES. A Estrutura do emprego organizado na Bahia, segundo a RAIS 1986, Salvador, 1988, p. 5.
- BORGES, Ângela. As Perdas da Recessão. Bahia Análise e Dados Retrospectiva e Perspectiva. Salvador, v. 1, dez. 1991, p. 101-4
- COMERCIANTES preocupados com a recessão. A Tarde, Salvador, abr/1992., p. 13
- COMÉRCIO baiano espera redução de 20% no faturamento deste ano. A Tarde, Salvador, dez/1990, p. 13
- COMÉRCIO demite em média 900 empregados por mês. A Tarde, Salvador, nov/1990., p. 13.
- A CONJUNTURA DO EMPREGO. Salvador, n. 8/9, ago/set. 1990
- A CONJUNTURA DO EMPREGO. Salvador, n. 10/12, out/dez. 1990
- EMPRESA não encontram saída para pagar salário. Estado de São Paulo. abr. 1990, p.10
- FENÔMENOS tributários na receita da Bahia. Cartas do IMIC. Salvador, ano IX, n. 56, maio, 1990.
- A INDÚSTRIA à espera de encomendas. Gazeta Mercantil, São Paulo, mar. 1990, p. 4
- INDÚSTRIAS se recuperam. Estado de São Paulo, São Paulo, abr. 1990, p. 11
- MACEDO, Roberto. Empresários refutam idéia de recessão. Estado de São Paulo. São Paulo, jan. 1990, p.7
- 1990: O Plano Collor e a recessão. Boletim Análise Conjuntural do Mercado de Trabalho. Salvador, v. 7 n. 2, jul/dez. 1990
- OVER ainda atrai as empresas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, abr. 1990, p. 8
- PAGAMENTOS de março reaquecem comércio baiano. Correio da Bahia. Salvador, abr. 1990., p. 13



PRESSÃO pela liquidez. Gazeta Mercantil, São Paulo, mar. 1990, p. 3.

QUASE dois mil comerciários perderam o emprego este ano. A Tarde. Salvador, fev/1992., p. 13

REZENDE, André Lara. Uma delicada administração de liquidez e seus riscos. Gazeta Mercantil, São Paulo, abr. 1990, p. 3

OS SETORES que esperam por negócios. Gazeta Mercantil, São Paulo, abr. 1990, p. 4

SOUZA, Frederico F. Mercado de Trabalho na Bahia; alguns aspectos de sua heterogeneidade. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v. 8, nº 112, jan/ago. 1991.

A N E X O S

TABELA 1

DISTRIBUICAO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NA BAHIA, 1985-89

Set. de atividade	Empregos (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	1,8	1,6	1,7	1,6	1,6
Ind. transformacao	12,2	12,8	12,4	12,2	12,5
Construcao civil	6,6	6,1	5,5	5,9	5,9
Comercio	15,1	15,2	14,9	14,1	14,3
Servicos	31,1	31,0	31,4	31,2	31,3
Adm. publica	25,8	26,2	26,7	28,0	27,5
Outros*	7,5	7,1	7,3	6,9	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS (painéis fixos) e Lei 4923

\* O emprego em outras atividades foi calculado como diferenca dos totais

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM DO COMÉRCIO NA BAHIA

ANO	II	%
1985	11	39,25
86	11	45,30
87	11	42,28
88	11	39,63
89	11	39,47
90	11	37,90

FONTE: IMIC

TABELA 3

TAXA DE CRESCIMENTO MEDIO ACUMULATIVO FINAL DO PIB A CUSTO DE FATORES E PREÇOS CONSTANTES, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONOMICA  
Bahia, 1975-90

GRANDE DIVISAO	80/75	85/75	85/80	90/75	90/80	90/85
1. Agropecuaria Silvicultura e pesca	0,1	1,9	3,7	1,1	1,6	-0,4
2. Extrativa mineral	-4,2	-1,2	1,9	-1,6	-0,2	-2,2
3. Industria de transformacao	19,8	12,0	4,7	8,1	2,7	0,8
4. Eletricidade, agua e utilidades	22,8	13,5	5,0	9,0	2,8	0,6
5. Construcão	17,2	5,6	-4,9	1,5	-5,6	-6,2
6. Comercio, Restaurantes e hoteis	12,2	6,9	1,8	5,3	2,0	2,1
7. Transporte, Armaz. e comunicacoes	12,2	19,4	8,6	9,0	7,4	6,2
8. Estab. financeiros seguros e B. imoveis	9,7	7,0	4,4	5,0	2,7	1,0
9. Servicos comunitarios e sociais	7,0	6,8	6,6	5,6	4,8	3,1
TOTAL	9,4	6,5	3,8	4,7	2,4	1,1

Fonte: CEI.

TABELA 4

EVOLUÇÃO MENSAL DAS VENDAS DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELE-  
TRÔNICOS E MÓVEIS - VARIAÇÃO REAL EM (%) - 1990

## MUNICÍPIO: SALVADOR

MESES	II	%
JANEIRO	II	-20,1
FEVEREIRO	II	- 4,0
MARÇO	II	- 8,7
ABRIL	II	25,6
MAIO	II	11,5
JUNHO	II	-35,8
JULHO	II	22,4
AGOSTO	II	9,0
SETEMBRO	II	9,6
OUTUBRO	II	- 9,3
NOVEMBRO	II	12,3
DEZEMBRO	II	44,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: COMÉRCIO VAREJISTA DE SALVADOR

CÁLCULOS : IMIC

DEFLATOR : IPC - CEI

TABELA 5

## EVOLUÇÃO MENSAL DAS TAXAS DE JUROS (%)

ANO / 1990 MESES	CADERNETA DE POUPANÇA	OVERNIGHT NOMINAL	CDB. - NOMINAL PRÉ-FIXADO
JANEIRO	56,89	71,25	68,07
FEVEREIRO	73,64	101,52	74,35
MARÇO	85,24	49,84	21,10
ABRIL	0,50	6,55	7,37
MAIO	5,91	7,56	6,72
JUNHO	10,16	12,58	10,67
JULHO	11,34	17,67	13,03
AGOSTO	11,13	14,27	11,37
SETEMBRO	13,41	22,44	15,24
OUTUBRO	14,28	21,88	19,16
NOVEMBRO	17,22	27,26	20,88
DEZEMBRO	19,99	31,04	20,58

FONTE: BACEN E ANDIMA (ADM. E CDI)

NOTA: TAXAS NOMINAIS = MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DAS TAXAS PRATICADAS NO MÊS.

TABELA 6

MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO NO COMÉRCIO (ADMITIDOS - DESLIGADOS)  
JAN. / DEZ. - 1990

B A H I A			R M S		
ADMISSÃO	DESLIGAMENTO	SALDO	ADMISSÃO	DESL.	SALDO
60.325	61.539	- 1.214	36.119	35.894	225

FONTE: CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS  
LEI: 4923 65



TABELA 7

TAXA DE EMPREGO NO COMÉRCIO NA RMS ( DEZEMBRO 1984 = 100)

MESES	1989	1990
JANEIRO	13,85	14,39
FEVEREIRO	13,53	14,44
MARÇO	13,14	13,70
ABRIL	13,04	13,36
MAIO	13,19	13,62
JUNHO	13,44	13,84
JULHO	12,90	14,15
AGOSTO	13,51	14,16
SETEMBRO	14,01	14,47
OUTUBRO	14,45	14,15
NOVEMBRO	15,39	14,10
DEZEMBRO	15,44	13,32

FONTE: MTB - MINISTÉRIO DO TRABALHO - CADASTRO GERAL DE  
EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65

TABELA 8

TAXA DE ROTATIVIDADE DE EMPREGO NO COMÉRCIO NA RMS  
(DEZEMBRO 1984=100)

MESES	1989	1990
JANEIRO	3,42	3,40
FEVEREIRO	2,62	2,87
MARÇO	3,74	3,05
ABRIL	3,62	3,36
MAIO	3,89	3,37
JUNHO	3,71	2,93
JULHO	3,91	3,02
AGOSTO	3,53	3,27
SETEMBRO	2,88	3,35
OUTUBRO	3,21	2,84
NOVEMBRO	3,21	3,43
DEZEMBRO	2,85	1,95

FONTE: MTB - MINISTÉRIO DO TRABALHO - CADASTRO GERAL DE  
EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65